



# Relatório Anual

## **2013**

# ÍNDICE

---

- 3 INTRODUÇÃO
- 4 ADMINISTRAÇÃO DA ACIPREV
- 5 PANORAMA ECONÔMICO

## RESULTADO DO PLANO EM 2013

- 11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
  - 22 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
  - 23 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
  - 26 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
  - 27 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
  - 29 PARECER DO CONSELHO FISCAL
  - 30 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
  - 31 GLOSSÁRIO
- ANEXO PARECER ATUARIAL

## INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da ACIPREV – Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2013.

A ACIPREV teve seu início de funcionamento em fevereiro de 2013, tendo obtido forte crescimento em 2013 reunindo para este encerramento, 517 participantes ativos. A Entidade não possui participantes em gozo de aposentadoria programada ou por invalidez e não possui beneficiários em gozo de pensão por morte de Participante Ativo ou Assistido.

O relatório anual tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela entidade e ao seu plano de benefícios.

Com a divulgação deste documento, a ACIPREV formaliza o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

**Boa Leitura!**

## ADMINISTRAÇÃO DA ACIPREV (EM 31/12/2013)

### DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Douglas Aparecido Guzzo  
Diretora de Benefício: Rosângela Gallo Lolli Agostinho  
Diretor Administrativo: Vanderlei Barufaldi  
Diretor de Patrimônio: Veridiano Bispo dos Santos  
Diretora Financeira e AETQ: Ângela Maria Telles de Souza

### CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Dimas Antonio Zulian  
Vice-Presidente: André Luis Salim  
Conselheiro Titular: Marcelo Fiorani  
Conselheiro Titular: João Misson Neto  
Conselheiro Titular: Nelson Ginetti  
Conselheiro Titular: José Antonio Camacho  
Conselheiro Titular: Edinei Marin  
Conselheiro Titular: Nelson Pacheco  
Conselheiro Titular: Germano Pavan Neto  
Conselheiro Suplente: Hebert Ricardo Rossi  
Conselheiro Suplente: Carlos Alberto Marques Penteado  
Conselheiro Suplente: Dilézio Ciamarro  
Conselheiro Suplente: Ozanini Mário Rosineli  
Conselheiro Suplente: Eduardo José Pereira  
Conselheiro Suplente: Fábio Oscar Santarosa  
Conselheiro Suplente: Marcos Alexandre Cavicchiolli  
Conselheiro Suplente: Antonio Morelli Júnior  
Conselheiro Suplente: Iraildi Degasperi

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Valdessor Javaroni  
Vice-Presidente: Geraldo Luiz Bueno  
Conselheiro Titular: Marco Antonio Mastrodi  
Conselheiro Suplente: José Almir Curciol  
Conselheiro Suplente: Elza Cassitas Sferra  
Conselheiro Suplente: Valmir Frizzarin

## PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente nos anos seguintes e passou a ter um desempenho bastante pior do que o crescimento médio das economias emergentes como a brasileira. Mais grave ainda é que também cresceu abaixo do crescimento do PIB mundial desde então. O melhor ano de expansão da atividade do governo da Presidente Dilma Rousseff foi 2011, quando o PIB cresceu a uma módica taxa de 2,7%. Nesse ano, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB das economias emergentes cresceu 6,3% e o da economia mundial, 3,9%. O ano de 2012 foi ainda pior para o Brasil, já que cresceu apenas 1%, com o PIB per capita se retraindo. Nesse ano, a economia mundial cresceu 3,1% e as economias emergentes e em desenvolvimento cresceram 4,9%. Isto é, os pares do País na economia mundial cresceram, em média, praticamente cinco vezes o que cresceu o Brasil. Por fim, em termos de crescimento do PIB, 2013 trouxe melhores notícias para o Brasil, que fechou o ano com crescimento de 2,3%. Ainda assim, trata-se de um crescimento baixo demais para uma economia emergente, conforme mostram os dados e as projeções da tabela embaixo.

**PIB Mundial: Realizado e Projeções FMI**

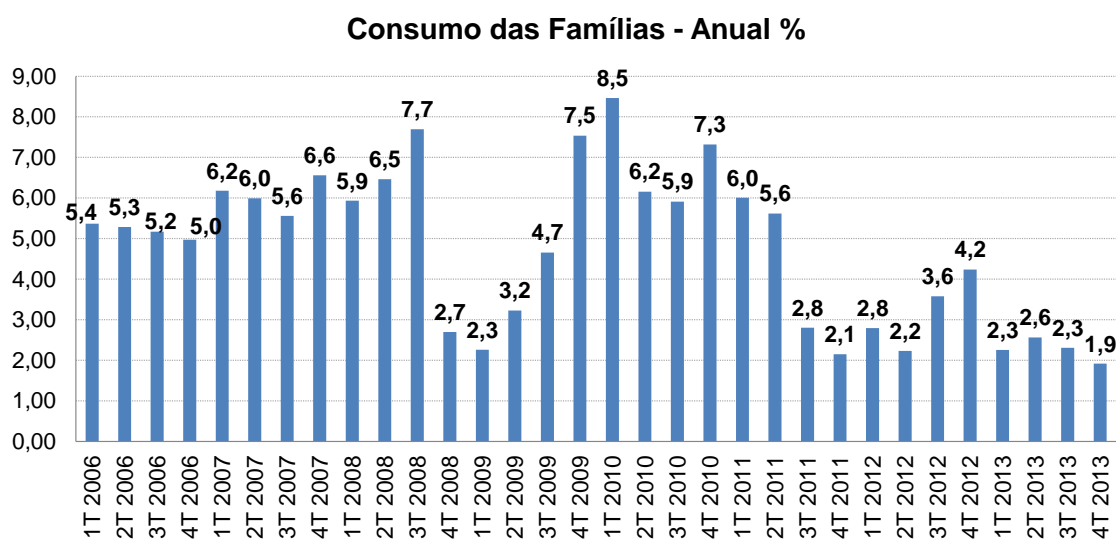
	2011	2012	2013	Janeiro 2014		Abril 2014	
				2014	2015	2014	2015
<b>PIB Mundial</b>	<b>3,9</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>	<b>3,7</b>	<b>3,9</b>	<b>3,6</b>	<b>3,9</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>1,3</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>
Estados Unidos	1,8	2,8	1,9	2,8	3,0	2,8	3,0
Zona do Euro	1,4	-0,7	-0,4	1,0	1,4	1,2	1,5
Alemanha	3,1	0,9	0,5	1,6	1,4	1,7	1,6
França	1,7	0,0	0,2	0,9	1,5	1,0	1,5
Itália	0,4	-2,5	-1,8	0,6	1,1	0,6	1,1
Espanha	0,4	-1,6	-1,2	0,6	0,8	0,9	1,0
Japão	-0,6	1,4	1,7	1,7	1,0	1,4	1,0
Reino Unido	0,9	0,3	1,7	2,4	2,2	2,9	2,5
<b>Economias Emergen e em Desenvolv</b>	<b>6,3</b>	<b>4,9</b>	<b>4,7</b>	<b>5,1</b>	<b>5,4</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>
Rússia	4,3	3,4	1,5	2,0	2,5	1,3	2,3
China	9,3	7,7	7,7	7,5	7,3	7,5	7,3
Índia	7,9	3,2	4,4	5,4	6,4	5,4	6,4
<b>Brasil</b>	<b>2,7</b>	<b>1,0</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>2,8</b>	<b>1,8</b>	<b>2,7</b>
África do Sul	3,5	2,5	1,8	2,8	3,3	2,3	2,7
México	3,9	3,7	1,2	3,0	3,5	3,0	3,5

Fonte: WEO, FMI (Abril, 2014)

De acordo aos dados do IBGE, o PIB brasileiro alcançou a marca dos R\$4,84 trilhões em 2013, equivalente a US\$2,23 trilhões, tendo em vista a taxa de câmbio média de R\$2,17 por Dólar ao longo do ano passado. Mesmo tendo crescido abaixo da média do PIB mundial nos últimos anos, o Brasil ocupa uma posição de destaque no ranking das economias mundiais, pois em 2013 ficou com a sétima posição dentre as maiores economias do mundo.

O PIB brasileiro do último trimestre do ano passado surpreendeu positivamente ao crescer 0,7% em relação ao terceiro trimestre na série com ajuste sazonal. Este crescimento trimestral corresponde a um crescimento anualizado de 2,8%, bastante acima da média de crescimento anual de apenas 2% nos primeiros três anos do governo da Presidente Dilma Rousseff. Em termos desagregados, o consumo das famílias cresceu 2,3%, mantendo uma trajetória de expansão que a caracterizou sempre na última década, mesmo no pior momento da crise financeira internacional, que eclodiu a partir de setembro de

2008. De todo modo, o consumo das famílias vem crescendo a taxas muito menores das taxas apresentadas até o início de 2011, tendo em vista que aquele boom de consumo levou a um forte endividamento das famílias.



A melhor notícia dos dados do PIB de 2013 é que o investimento começou a se recuperar e cresceu 6,3% em relação ao ano anterior, revertendo o dado preocupante de 2012, quando o investimento tinha caído 4% em relação a 2011. Mesmo com o crescimento do investimento acima do crescimento do PIB de 2,3%, a taxa de investimento como proporção do PIB fechou em 18,4%, o que é muito baixa para sustentar uma taxa de crescimento anual da economia brasileira perto da média dos países emergentes. Para crescer à taxa sustentada de 4 a 5% ao ano, o Brasil precisaria investir de 22% a 24% do PIB por ano. É notória a situação de pontos de estrangulamento na infraestrutura do País de forma geral: estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, etc. Dados os pontos de estrangulamento, fica prejudicado o escoamento da produção, bem como a possibilidade de expansão ininterrupta da atividade a taxas elevadas. Recentemente, tem havido um processo mais firme de leilões de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos para o setor privado, que é o caminho certo para melhorar a logística diminuindo gradualmente os problemas de falta de infraestrutura adequada.

Apesar de o Brasil ter a segunda maior carga tributária da América Latina (mais de 36% do PIB), atrás somente da Argentina, as contas do setor público estão extremamente apertadas e não tem espaço para grandes projetos de investimento. É por isto que a saída para resolver os graves problemas de infraestrutura se encontra na atração do setor privado para esses grandes projetos de investimento. É claro que para atrair o setor privado é indispensável oferecer rentabilidade, confiança, regras estáveis e segurança jurídica. Na medida em que isto esteja assegurado, o setor privado há de se interessar por investir em um país continental, com excelentes recursos naturais e um mercado consumidor imenso, como o Brasil.

Apresentamos abaixo um quadro detalhado das contas do Governo Central em 2013, onde pode ser observado que a despesa total alcançou R\$914 bilhões, com aumento de 13,5% em relação a 2012. Deste total, a despesa de “Capital (Investimentos)” totalizou apenas R\$63,20 bilhões, com aumento pouco acima da inflação do período (6,4%). Se retirarmos do aumento de 13,5% da despesa total a inflação de 5,91%, medida pelo IPCA, teremos que a despesa total cresceu 7,2% em termos reais. Isto é, a despesa total do Governo Central cresceu em 2013 mais de três vezes o que cresceu o PIB real (2,3%).

Entretanto, o investimento do Governo Central, que se faz tão necessário, perdeu espaço no PIB porque cresceu menos do que a inflação de 5,91% adicionada do crescimento do PIB real de 2,3% (8,3%). O investimento do Governo Central foi dos menores historicamente no ano passado, correspondendo a apenas 1,31% do PIB.

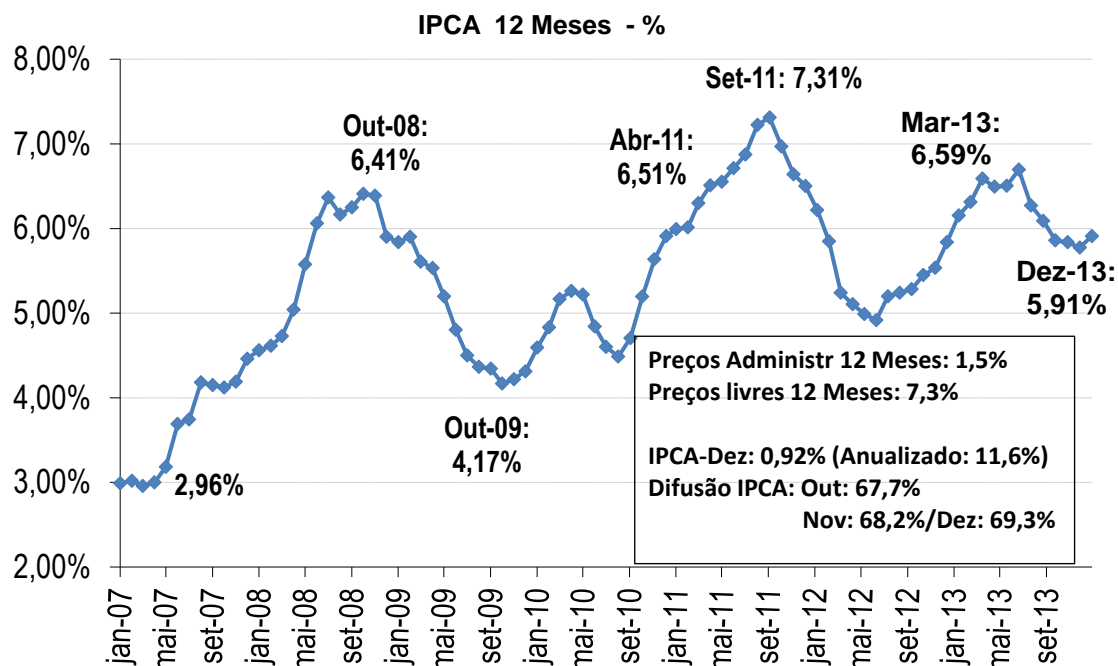
<b>Resultado Primário do Governo Central - Jan/Dez (R\$ Bi)</b>				
<b>Discriminação do Resultado</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>Diferença</b>
Receita Total	1.062,20	1.181,10	11,2	<b>+118,9 bi</b>
Receita do Tesouro	783,40	871,20	11,2	<b>+87,7 bi</b>
Receita da Previdência Social	275,80	307,10	11,3	<b>+31,4 bi</b>
Receitas do Banco Central	3,00	2,80	-6,7	
Transferências a Est e Munic	181,40	190,00	4,7	
Receita Líquida Total	880,80	991,10	12,5	<b>+110,3 bi</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>805,00</b>	<b>914,00</b>	<b>13,5</b>	<b>+109,1 bi</b>
Pessoal	186,10	202,70	8,9	<b>+16,6 bi</b>
Benefícios Previdenciários	316,60	357,00	12,8	<b>+40,4 bi</b>
Custeio e Capital	296,20	348,10	17,5	
FAT	39,30	44,70	13,7	
Subsídios	9,67	8,89	-8,0	
Benefícios Assistenciais	29,20	33,50	14,7	<b>+4,3 bi</b>
Auxílio à CDE	0,00	7,90	--	
Outras despesas Custeio e Cap	216,40	251,90	16,4	
Custeio	156,90	188,60	20,2	<b>+31,7 bi</b>
<b>Capital (Investimentos)</b>	<b>59,40</b>	<b>63,20</b>	<b>6,4</b>	<b>+3,8 bi</b>
Despesas do Banco Central	3,80	4,10	7,9	
Transf do Tesouro ao Bacen	2,30	2,10	-8,7	
Resultado Primário -Gov Central	88,30	77,10	-12,7	<b>-11,2 bi</b>
Tesouro Nacional	129,80	128,20	-1,2	
Previdência Social	-40,80	-49,90	--	
Banco Central	-0,80	-1,30	--	

Fonte: Tesouro Nacional

O superávit primário caiu de R\$88,3 bilhões em 2012 para R\$77,1 bilhões em 2013. E não foi muito pior porque nos últimos dois meses do ano, entraram receitas extraordinárias de R\$36,8 bilhões (R\$21,8 bilhões por parcelamento de débitos tributários e R\$15 bilhões por contrato de concessão de petróleo e gás). Além dessas receitas extraordinárias, que engordaram o caixa do Tesouro mas que não são recorrentes, houve represamento de despesas no final do ano, que passaram para o ano de 2014 como “restos a pagar”. O resultado foi que as despesas do Governo Central aumentaram espantosos 19,5% em janeiro de 2014 comparado a janeiro de 2013. Não resta dúvida que a política fiscal vem se deteriorando a passos largos e não propriamente por aumento nos tão necessários investimentos. O fato é que o superávit primário que, durante boa parte do Governo do Presidente Lula, ficou acima de 3% do PIB, encerrou 2013 em apenas 1,9% do PIB, apesar das receitas não recorrentes e do adiamento de certas despesas para o início de 2014. Além disso, mais expansão fiscal é feita através do BNDES.

Assim, a política fiscal extremamente expansionista vem prejudicando o combate à inflação, cuja responsabilidade ficou integralmente nas mãos do Banco Central. Em 2013, o IPCA registrou inflação de 5,91%, acima dos 5,84% de 2012. A inflação foi elevada apesar dos preços administrados dentro do índice subirem apenas um acumulado de 1,5% nos doze meses, haja vista a redução compulsória dos preços da energia elétrica e o represamento do preço da gasolina. Sem estes represamentos a inflação

teria sido muito maior. A meta central de inflação é 4,5% desde 2005, mas nos últimos seis anos a meta foi cumprida somente em 2009, quando o IPCA fechou o ano com taxa de 4,31%.



Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central começou um processo gradual de aperto monetário em abril de 2013, elevando a taxa Selic dos 7,25% ao ano em que se encontrava à época para 10% ao ano no fechamento de 2013. O aperto monetário continuou em 2014 e na reunião de abril do COPOM a Selic foi fixada em 11% ao ano. Apesar da contração monetária que já perfaz 375 pontos-base, a inflação não tem cedido e as expectativas de inflação continuam subindo de forma consistente, de modo que a expectativa atual é que 2014 se encerrará com inflação muito próxima do teto da meta (6,5%).

A taxa de câmbio se desvalorizou sensivelmente em 2013, fechando o ano em R\$2,34 por Dólar em comparação a R\$2,04 por Dólar em fins de 2011. Esta desvalorização colocou mais combustível no processo inflacionário. Com o passar do tempo, a taxa de câmbio mais desvalorizada terá um impacto positivo na redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Mas, a realidade é que em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil de todo modo encontra-se em uma situação extremamente confortável para enfrentar uma potencial redução de liquidez internacional. Com efeito, o investimento direto estrangeiro continua elevado. Em 2013, totalizou US\$64 bilhões e aumentou no começo de 2014, de modo que nos doze meses até fevereiro tinha alcançado US\$65,76 bilhões. Também há que se destacar que o Banco Central conta com um elevado nível de reservas internacionais. Em dezembro de 2013 estavam em US\$376 bilhões, que correspondia a mais de dez vezes o total da dívida externa de curto prazo, bem como cobria a totalidade da dívida externa pública e privada de curto, médio e longo prazos (US\$308,63 bilhões).

Por fim, toda a deterioração da política macroeconômica e seus resultados medíocres em termos de inflação e crescimento, aliada à expectativa com a redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos, produziu enorme volatilidade nos ativos financeiros ao longo de 2013. Houve queda do Ibovespa de 15,5% e aumento das taxas de juros dos títulos prefixados e dos títulos corrigidos pelo IPCA,



com conseqüente queda dos seus preços. Assim, a maioria dos poupadores amargaram fortes perdas no seu patrimônio. No entanto, é importante ressaltar que quem não realizou o prejuízo há de recuperar patrimônio quando a economia entrar nos trilhos novamente via mudanças na atual política econômica e diante de um cenário de economia internacional mais estável que nos últimos anos, e já mostrando que o pior ficou para trás.

*(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)*

# **RESULTADOS DO PLANO EM 2013**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	58	-	Exigível operacional	3	-
Realizável	136	-	Gestão administrativa	3	-
Gestão previdencial	3	-	Patrimônio social	191	-
Investimentos	133	-	Patrimônio de cobertura do plano	191	-
Fundos de investimento	133	-	Provisões matemáticas	191	-
			Benefícios a conceder	191	-
<b>Total do ativo</b>	<b>194</b>	<b>-</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>194</b>	<b>-</b>

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	-	-	-
<b>1. Adições</b>	<b>303</b>	-	<b>100</b>
(+) Contribuições previdenciais	192	-	100
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	2	-	100
(+) Receitas administrativas	109	-	100
<b>2. Destinações</b>	<b>-112</b>	-	<b>-100</b>
(-) Benefícios	-2	-	-100
(-) Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-1	-	-100
(-) Despesas administrativas	-109	-	-100
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
(+/-) Provisões matemáticas	191	-	100
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	-	-	-
<b>1. Adições</b>	<b>201</b>	-	<b>100</b>
(+) Contribuições	199	-	100
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2	-	100
<b>2. Destinações</b>	<b>-10</b>	-	<b>-100</b>
(-) Benefícios	-2	-	-100
(-) Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-1	-	-100
(-) Custeio administrativo	-7	-	-100
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
(+/-) Provisões matemáticas	191	-	100
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>1. Ativos</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
Disponível	55	-	100
Recebível	3	-	100
<b>Investimento</b>	<b>133</b>	-	<b>100</b>
Fundos de investimento	133	-	100
<b>5. Ativo líquido (1-2-3)</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
Provisões matemáticas	191	-	100

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	-	-	<b>100</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>109</b>	-	<b>100</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>109</b>	-	<b>100</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	7	-	100
Custeio administrativo dos investimentos	2	-	100
Receitas diretas	100	-	100
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>-109</b>	-	<b>-100</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>-108</b>	-	<b>-100</b>
Pessoal e encargos	-40	-	-100
Viagens e estadias	-1	-	-100
Serviços de terceiros	-46	-	-100
Despesas gerais	-19	-	-100
Outras despesas	-2	-	-100
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>-1</b>	-	<b>-100</b>
Serviços de terceiros	-1	-	-100
<b>B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)</b>	-	-	-

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
<b>1.1. Benefício a conceder</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
<b>Contribuição definida</b>	<b>191</b>	-	<b>100</b>
Saldo de contas - parcela participantes	191	-	100

## **NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A ACIPREV Fundo Multinstituído de Previdência Complementar doravante denominada ACIPREV é constituída sob a forma de sociedade civil de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ 15.553.660/0001-77 e CNPB 2012.0004-11 nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelo regulamento do plano de benefício de contribuição definida (CD) por ela operado.

A SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade, bem como o Estatuto por meio da Portaria nº 30 de 26 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012.

O Plano de Benefícios - ACIPREV com data base de 31/12/2013 possui 532 participantes Ativos, além de apresentar uma idade média populacional de 35 anos.

A autorização da aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários da ACIPREV foi aprovada pela portaria nº 46 de 02 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 25 de 03 de fevereiro de 2012.

A ACIPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de receitas diretas e da remuneração dos seus ativos.

A ACIPREV iniciou a arrecadação recursos das contribuições de seus participantes a partir de fevereiro de 2013.

Referente ao exercício 2012, registramos a aprovação no D.O.U de 14/12/2012 pela Portaria nº 728 a alteração do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários – ACIPREV.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico da Entidade. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

### **2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

A ACIPREV apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC Nº 5, de 8 de setembro de 2011 e de acordo

com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12 de 19 de agosto de 2013, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- I. Balanço Patrimonial;**  
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;**  
Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.
- III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;**  
Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as modificações ocorridas no Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.
- IV. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;**  
Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.
- V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;**  
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as altera es do fundo administrativo, ao final de cada exercício.
- VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.**  
Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

## **2.1. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:**

### **2.1.1.**

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

### **2.1.2. Apura o do Resultado:**

As receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determina o do resultado são computadas as receitas, as adi es e as varia es positivas auferidas no mês, independentemente de sua realiza o, bem como as despesas, as dedu es e as varia es negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribui es de participantes vinculados ao plano instituído são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolu o CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

**2.1.3. Realizável:**

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de mercado e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

**2.1.4. Investimentos**

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

**2.1.5. Exigível Operacional:**

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

**2.1.6. Operações Administrativas**

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdências. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdências, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

**2.1.7. Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas são apropriadas com base nos cálculos atuariais, segundo parecer do atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

**2.1.8. Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar –



CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões matemáticas e fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

### 3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

#### 3.1.

Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

#### 3.2.

Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

#### 3.3.

Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

### 4. ATIVO - DISPONÍVEL

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, referente às contas correntes é a seguinte:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
<b>Banco</b>	<b>58</b>	-
Sicob – ag: 4441-5 c.c. 1312-9	58	-
<b>Total do Disponível</b>	<b>58</b>	-

### 5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

#### a) Política de Investimento

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro, artigo 54 parágrafo 1º, a Entidade no ano de 2013 não apresentou a Política de Investimento.

**b) Gestão de Investimentos**

**b.1.)** O Plano de Benefícios, em 31/12/2013, possuía Fundos de Investimentos Icatu Vanguarda FIC de FI Previdência Associativa, a seguir discriminado:

**b.1.a) Renda Fixa:**

- Icatu Vanguarda FI Renda Fixa Crédito Privado LP
- Icatu Vanguarda Gold FI Renda Fixa
- Icatu Vanguarda Renda Fixa FI Plus Longo Prazo
- Icatu Vanguarda IPC Gold Plus FI RF
- Icatu Vanguarda IPC Gold FI RF
- Icatu Vanguarda Proteção Real FI Renda Fixa Crédito Privado
- Icatu Vanguarda FI Renda Fixa IPCA Crédito Privado LP

**b.1.b) Renda Variável:**

- Icatu Vanguarda IBX FI Ações;
- Icatu Vanguarda Dividendos FI Ações;
- Icatu Vanguarda Top Ações FIA

**b.2.)** O Fundo de Investimento Icatu Vanguarda FIC de FI Previdência Associativa, em 31/12/2013, possuía os seguintes valores:

Fundo de Investimentos Icatu Vanguarda da FIC de FI	31/12/2013	31/12/2012
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	35	-
ICATU VANGUARDA GOLD FI RENDA FIXA	24	-
ICATU VANGUARDA RENDA FIXA FI PLUS LONGO PRAZO	13	-
ICATU VANGUARDA IPC GOLD PLUS FI RF	13	-
ICATU VANGUARDA IPC GOLD FI RF	16	-
ICATU VANGUARDA PROTEÇÃO REAL FI RENDA FIXA	13	-
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO	3	-
ICATU VANGUARDA IBX FI AÇÕES	6	-
ICATU VANGUARDA TOP ACOES FIA	3	-
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	7	-
<b>Total</b>	<b>133</b>	-

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é a seguinte:

Investimentos	31/12/2013	31/12/2012
<b>Plano</b>	<b>133</b>	-
Fundos de Investimentos	133	-
<b>Total</b>	<b>133</b>	-

## 6. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano e PGA, apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
<b>Plano</b>		
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>191</b>	-
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>191</b>	-
Benefício a Conceder	191	-
<b>Total Patrimônio Social Consolidado</b>	<b>191</b>	-

### 6.1.

As “Provisões Matemáticas”, no total de R\$ 191, referem-se às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, com os participantes ativos, conforme avaliação atuarial elaborada por atuário externo.

### 6.2.

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

### 6.3. Premissas e Hipóteses Atuariais

Descrição	
Tábua de Mortalidade Geral <sup>1</sup>	Não se aplica
Tábua de Mortalidade de Inválidos <sup>2</sup>	Não se aplica
Hipóteses sobre taxa de juros % <sup>1</sup>	0,00%

(1) Justificativa: O plano é de característica contribuição definida, com os benefícios previstos para serem pagos em cotas, por prazo certo, ou em percentual do saldo de contas que é corrigido pela rentabilidade líquida dos investimentos.

(2) Justificativa: O plano é de característica contribuição definida, com os benefícios previstos, mesmo os de invalidez, para serem pagos em cotas, por prazo certo, ou em percentual do saldo de contas que é corrigido pela rentabilidade dos investimentos.

## 7. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

### 7.1. Plano

#### 7.1.1.

As receitas previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 192 mil.

#### 7.1.2.

As despesas de benefícios dos assistidos no ano, no total de R\$ 2 mil (repasso de prêmios para seguradora benefícios de risco morte e invalidez)

#### 7.1.3.

As constituições líquidas das Provisões Matemáticas do Plano totalizaram no ano R\$ 191 mil, referente a Benefícios a Conceder, que foram cobertas com o resultado líquido dos investimentos e contribuições feitas para o Plano deduzido dos pagamentos de benefícios.

**8. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA****8.1. Plano PGA****8.2.**

As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa não resultaram constituição e nem reversão em 2013, no Fundo Administrativo e apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
<b>CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDO ADMINISTRATIVO</b>	-	-
<b>RECEITAS</b>	<b>109</b>	-
Contribuição dos Participantes	7	-
Custeio sobre Resultado dos Investimentos	2	-
Receita Direta PGA	100	-
<b>DESPESAS</b>	<b>-109</b>	-
<b>Administração Previdencial</b>	<b>-108</b>	-
Pessoal e Encargos	-40	-
Viagens e Estadias	-1	-
Serviços de Terceiros	-46	-
Consultoria Atuarial	-15	-
Consultoria Jurídica	-28	-
Administradora de Planos	-3	-
Despesas Gerais	-19	-
PIS / COFINS	-6	-
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle	-1	-
Despesas s/ Contas Correntes	-9	-
Alugueis	-1	-
Reembolso de despesas	-2	-
Outras Despesas	-2	-
<b>Administração dos Investimentos</b>	<b>-1</b>	-
Administradora de Planos	-1	-

**9. CONTAS DE RESULTADOS – INVESTIMENTOS****9.1. Plano****9.1.1.**

O resultado líquido das aplicações dos investimentos do Plano no ano totalizou R\$ 1 e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

**10. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, obtida pela aplicação do patrimônio da entidade, foi de 0,24%, calculada com base na variação das cotas.

## 11. PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas.

*Americana, 31 de dezembro de 2013.*

**Ivanildo Pinto de Melo**

*Diretor Presidente*

**Carlos Alberto dos Santos Corrêa**

Contador CRC- RJ 52.009/O-5

## COMENTÁRIO FINAL

Em 31 de dezembro de 2013, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciários da ACIPREV somaram R\$ 191.198,12, tendo o mesmo uma rentabilidade de 1,21% desde a criação do Plano.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ Mil)		
	2013	
	109	100,00%
<b>Gestão Própria (Direta)</b>	<b>109</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal Próprio e Encargos	40	36,70%
Viagens e Estadias	1	0,92%
Consultoria Atuarial	15	13,76%
Consultoria Jurídica	28	25,69%
Administradora de Planos	4	3,67%
PIS/COFINS	6	5,50%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	1	0,92%
Tarifas Bancárias	9	8,26%
Outras Despesas	5	4,59%

## **INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO**

### **PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ACIPREV**

#### **1. ESTATUTO**

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2013.

#### **2. REGULAMENTO DO PLANO**

Não houve alteração do Regulamento do Plano em 2013.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site [www.aciprev.com.br](http://www.aciprev.com.br), na opção “Institucional→ Estatuto” e “Plano ACIPREV→ Regulamento”.

# INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

## PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ACIPREV

### 1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2014

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 17/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Ângela Maria Telles de Souza

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

### 2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

#### 2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

TABELA DE LIMITES PARA INVESTIMENTO POR PESSOA JURÍDICA E POR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras e ao patrimônio líquido do fundo de investimento em direitos creditórios e do fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO			
EMISSOR	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

### 3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	70%	100%	90%
Renda Variável	IBrX	0%	20%	10%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	0%	0%
Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

### 4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica desta Política é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Com a aproximação do fim de 2013, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2014. O mercado internacional continua aguardando as decisões dos Estados Unidos sobre a continuação dos estímulos à economia local. Incerteza é a palavra que define as perspectivas para o ano de 2014. Enquanto isso, na Europa, as taxas de desemprego estão bem distantes dos níveis satisfatórios e ainda é cedo para anunciar o fim da crise nessa região, apesar da redução significativa de risco de ruptura.

No cenário doméstico, o Brasil passou por um período de turbulência no segmento de renda fixa principalmente pelos ativos indexados à inflação. Dada a expectativa de aumento dos juros de curto prazo no Brasil e o efetivo aumento da taxa Selic, como instrumento de correção do rumo da inflação, os juros dos títulos do Tesouro de longo prazo foram aumentando gradativamente com a contrapartida de vermos os seus preços de mercado caindo, refletindo em rentabilidade negativa e elevada



volatilidade, em alguns momentos superior ao nível de volatilidade dos índices mais comumente utilizados como representantes do segmento de renda variável.

Em resumo, 2013 continuou sofrendo resquícios da crise internacional sofrida em 2008, no cenário externo, e da pressão inflacionária e dos desequilíbrios fiscais no Brasil. Apesar das grandes contrações econômicas não serem tão frequentes, a economia vem sendo marcada pela longa duração desses efeitos e por um crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

Indicadores	2014	2015	2016
PIB - %	2,70%	2,40%	3,50%
US\$ final - R\$	2,35	2,45	2,45
IGPM - %	5,60%	5,30%	5,00%
INPC - %	5,83%	5,28%	5,19%
IPCA - %	5,80%	5,30%	4,80%
SELIC Fim de Período - %	10,00%	11,00%	9,50%
SELIC Média - %	10,00%	10,69%	9,80%
Bolsa (130% SELIC) - %	13,00%	14,30%	12,35%

\* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2013)

A ACIPREV, na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-aloções (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

## RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A ACIPREV acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

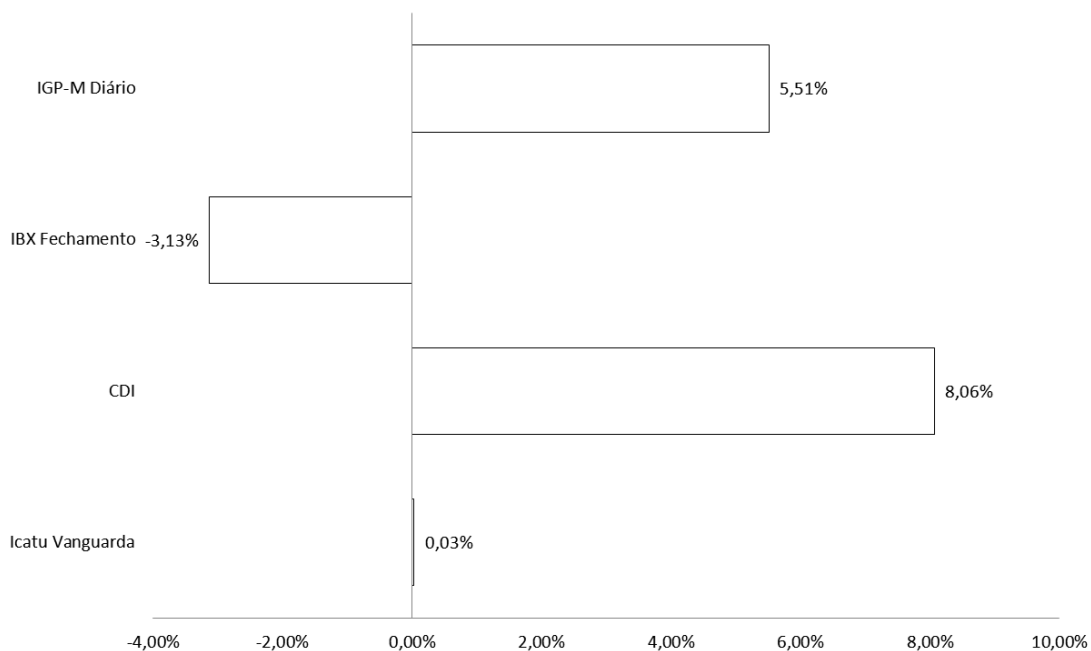
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2013 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Alocação	2013	
Renda variável	15	11%
Renda fixa	118	88%
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

### RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/13 A DEZ/13



Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS ADMINISTRADORES E PARTICIPANTES ACIPREV – FUNDO MULTIINSTITUÍDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR AMERICANA – SP**

Examinamos as demonstrações contábeis da ACIPREV Fundo Multinstituído de Previdência Complementar que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACIPREV - Fundo Multinstituído de Previdência Complementar, em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC

*São Paulo, 12 de Março de 2014.*

**GF AUDITORES INDEPENDENTES - GRUPO GORIOUX FARO**

*CRC 2SP 025248/O-6*

**Oswaldo dos Santos Fonseca**

*Contador CRC 1SP 207386/O-2*

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

### PARECER DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO 2013

O Conselho Fiscal da ACIPREV Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 46 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 19 de março de 2014, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2013, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo da ACIPREV - Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar.

*Americana, 19 de março de 2014.*

**Geraldo Luiz Bueno**

*Conselheiro Titular*

**Valdessir Javaroni**

*Conselheiro Titular*

**Marco Antonio Mastrodi**

*Conselheiro Titular*

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

### MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO - EXERCÍCIO 2013

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da ACIPREV referente ao exercício de 2013:

Em reunião de 25 de março de 2014, o Conselho Deliberativo da ACIPREV Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar, no uso das competências de que trata Art. 33 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da ACIPREV, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da ACIPREV e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2013.

***Americana, 25 de março de 2014.***

***Dimas Zulian***

*Presidente do Conselho Deliberativo*

***André Luis Salim***

*Vice Presidente do Conselho Deliberativo*

***Marcelo Fiorani***

*Conselheiro Titular*

***Nelson Ginetti***

*Conselheiro Titular*

***José Antonio Camacho***

*Conselheiro Titular*

***Edinei Marin***

*Conselheiro Titular*

***Nelson Pacheco***

*Conselheiro Titular*

## GLOSSÁRIO

**Balanço Patrimonial:** o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS):** a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

**Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL):** a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

**Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL):** a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

**Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

**Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):** a DPT   o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

**Demonstrativo de Investimentos:** o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

**Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis:** as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Política de Investimentos:** a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

**Parecer do Auditor Independente:** o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Parecer Atuarial:** o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

**Parecer do Conselho Fiscal:** o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

**Manifestação do Conselho Deliberativo:** a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.



**ANEXO**  
**PARECER ATUARIAL**





Central de Relacionamento



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

[www.aciprevprevidencia.com.br](http://www.aciprevprevidencia.com.br)

Rua Primo Picoli, 232, Centro. Americana, SP. CEP 13465-640